

A esquerda marxista e o PT (III)*

Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS)

“Há muito tempo, junto com milhares de companheiros, lutamos e construímos o Partido dos Trabalhadores. Vários de nossos integrantes podem se orgulhar de serem fundadores do PT. Nossa luta é antiga e remonta aos tempos de resistência clandestina à ditadura militar”.¹

Assim anunciava o manifesto de lançamento da tendência *FS*. Como as palavras do manifesto indicam, a *FS* tem uma longa história. Sua trajetória é semelhante à maioria das organizações marxistas que sobreviveram aos anos de chumbo da ditadura militar. Em 1985, remanescentes de organizações comunistas do período ditatorial formalizaram o processo de unificação em andamento e fundaram o *Movimento Comunista Revolucionário (MCR)*.² A *FS* incorpora este legado.³

Apegado à tradição leninista, o *MCR* manteve uma posição ambígua em relação ao PT. Ao mesmo tempo em que recusa-se a aceitá-lo enquanto partido revolucionário, reconhece que ele “cumpre um papel estratégico na Revolução brasileira, como forma indireta e não orgânica contribui na formação do Partido do Proletariado”.⁴ Paulatinamente, o *MCR* evoluiu no sentido de uma maior valorização do papel estratégico do PT.

Por outro lado, o *MCR* passou a defender o *governo democrático popular* enquanto uma estratégia que incorpora a experiência da luta democrática e popular e enfatiza o aspecto eleitoral, capaz de mudar a correlação de forças a favor dos trabalhadores e favoreça o avanço da luta de classes na perspectiva dos trabalhadores.⁵

* Os artigos que compõem esta série são versões adaptadas da dissertação de Mestrado, *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1998, sob a orientação de **Maurício Tragtenberg**. A banca foi composta, além do orientador, pelos professores **Isabel Maria Loureiro** e **Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**. A dissertação não foi publicada em versão impressa e a iniciativa que ora adotamos visa disponibilizá-la aos militantes do movimento social, estudiosos do tema e demais interessados – afinal, a pesquisa foi financiada por dinheiro público, através de bolsa de estudo do CNPq. Aqui trataremos das organizações marxistas não vinculadas à tradição trotskistas. Os textos relativos a estas foram publicados nas primeiras edições da **REA**. Ver: [O PT e os marxismos da tradição trotskista: introdução](#); [O Trabalho \(OT\) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores](#); [A Democracia Socialista \(DS\)](#); [As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado \(PSTU\)](#); [A Causa Operária](#); [A Tendência Pelo Partido Operário Revolucionário](#).

¹ Força Socialista. *Manifesto*. Junho de 1989.

² O MCR foi fundado em outubro de 1985. Ele é fruto da unificação orgânica entre o *Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)*, com parte da *Ala Vermelha (AV)* e a *Organização Comunista pela Democracia Proletária (OCDP)*, formada em 1982 a partir de dissidências da *Ação Popular Marxista-Leninista (APML)* na Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

³ Evidentemente não é possível aprofundar essa questão. Nosso ponto de partida é a formação do MCR. Há uma vasta bibliografia sobre o período anterior, já citada.

⁴ Comitê Central do MCR. *Resoluções do 1º Congresso do MCR*. Outubro de 1985. Tratava-se de militar no PT e, simultaneamente, construir o partido revolucionário de tipo leninista. Esta postura era comum às várias organizações que se integraram ao PT. Como vemos, esta ambigüidade gerou polêmicas calorosas, tanto na relação destas correntes com o PT quanto internamente a elas.

⁵ Esta proposta surge no bojo de uma discussão mais ampla entre as forças constituintes do PT, inclusive nos seio da *Articulação*. O mérito do MCR teria sido o esforço de impulsionar e tematizar esta questão. Genildo observa que a formulação do MCR diverge daquela aprovada no *V Encontro Nacional do PT*, a qual

A evolução das posições do *MCR* em relação ao PT e as semelhanças no plano tático e estratégico em relação à *ART*, resultou numa atuação comum. Em São Paulo, o *MCR* formalizou esta aliança e, no plano nacional, manteve uma orientação política de proximidade. Esta relação se aprofundou a partir das resoluções do 5º EN. A *ART* passou a ser concebida por setores do *MCR* como um campo privilegiado para disputar a influência sobre a base social potencialmente revolucionária.

Então, o *MCR* passou a discutir a possibilidade de se constituir enquanto Tendência petista. Nesse debate tomou corpo a proposta de dissolver a organização. Mas prevalecia uma tensão em relação à *ART* e à proposta de dissolução que se expressava na defesa do direito de organização de Tendências internas ao PT; na defesa de uma regulamentação que viabilizasse seu funcionamento; e, conseqüentemente, em sua própria organização como tendência.

Na discussão interna chegou-se a um acordo: organizar o processo de dissolução – o que para a maioria significava, encaminhar as tarefas de sua transformação em Tendência. Os fatos se precipitaram e a organização terminou por se dissolver. Porém, uma parcela importante manteve o projeto de construção da Tendência e, em junho de 1989, durante o 6º EN do PT, lançou a Tendência *FS*. Neste processo alguns dos seus militantes, principalmente em São Paulo, entraram na *ART*.

A constituição da *FS* sintetiza o processo evolutivo – que não foi tranquilo ou linear – em direção à integração ao PT. A *FS* procura operar a transição entre sua forma organizativa leninista, uma situação de pré-partido – herança do *MCR* – para uma organização com caráter de tendência do PT. Tratava-se de moldar e consolidar uma cultura política diferente daquela que sedimentara sua militância desde a fase da clandestinidade, de disputar os rumos do PT, incorporando suas tensões.

Não foi uma operação fácil. No momento da sua formação, a *FS* identificou a particularidade do PT no fato dele surgir e se fortalecer “não como partido do proletariado, mas do bloco estratégico e popular”.⁶ Este fator determinaria seu caráter de massas (amplo e policlassista), seu potencial socialista e revolucionário. O esforço dos comunistas seria o de contribuir para que o PT desenvolva essas potencialidades e seja capaz de liderar o processo revolucionário. Sua transformação em vanguarda revolucionária passa pela construção de uma teoria da revolução, pela assimilação do marxismo e pela construção de uma direção política igualmente revolucionária. Os comunistas, portanto, tem um papel a desempenhar.⁷

No tocante à formulação estratégica, a *FS* situa-se entre os que defendem o programa democrático e popular, compreendido como próprio de um “governo tipicamente de transição”.⁸ Um governo capaz de implementar reformas estruturais na sociedade brasileira e de executar as tarefas de caráter antiimperialista, antilatifundiárias e antimonopolistas. É, portanto, um governo inserido numa perspectiva de ruptura revolucionária.

estabelecia uma tensão não resolvida entre o caráter eleitoral deste governo e as tarefas de conteúdo revolucionário. (Entrevista ao autor).

⁶ Força Socialista. *Manifesto*, op. cit.

⁷ A *FS* não vê contradição entre o caráter amplo e policlassista do *PT* e seu projeto de construí-lo enquanto vanguarda revolucionária. Mantém-se a ambigüidade própria das diversas organizações que tiveram que optar entre a construção do partido revolucionário de tipo leninista e a aceitação do *PT* como partido estratégico, cujo caráter e composição em nada se assemelha àquele. Permanecem resquícios da concepção leninista do *MCR*

⁸ Força Socialista. *Manifesto*, op. cit.

Nesta linha, a *FS* se diferencia tanto dos que restringem o *Governo Democrático e Popular* (GDP) aos marcos da ordem burguesa, quanto dos que depreciam suas potencialidades. O GDP não é um mero programa eleitoral para disputar o governo federal. Como também, a disputa deste não se confunde com a disputa do poder em sua totalidade.

Enquanto programa de transição não é, *stricto sensu*, socialista. Também não se confunde com uma etapa *democrática popular*. O programa democrático e popular – e o GDP – é um concebido como parte da luta pelo poder. Pelo caráter das reformas que pretende efetivar, dentro das condições históricas do Brasil, ele é profundamente radical. Na formulação da *FS*, o GDP está articulado com o caráter socialista da revolução brasileira.⁹ Nas questões conjunturais, as posições da *FS* coincidem, em geral, com aquelas adotadas pela esquerda petista – particularmente, o *NLPT*.

A Tendência Brasil Socialista (BS)

Outra força componente do *Movimento Na Luta PT!*, a Tendência *BS* foi formada na passagem dos anos 80 para os anos 90, como parte do processo geral desencadeado pelo 5º *EN* Nacional do PT e no redemoinho das mudanças no mundo socialista. Suas origens remontam ao *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)*¹⁰ que, em 1986, ressurgiu nas páginas da grande imprensa após o assalto ao Posto do Banco do Brasil na Universidade federal da Bahia, em Salvador. Entre os seus líderes estariam: Bruno Maranhão e Antônio Prestes de Paula.¹¹

De acordo com as informações da imprensa, o *PCBR* estaria implantado em Pernambuco, Santa Catarina, Londrina (PR), Salvador (BA) e com presença em São Paulo. Bruno Maranhão negou que o *PCBR* tivesse sido reorganizado. “Essa é a versão da polícia e não acredito nela”, disse.¹²

De qualquer forma, há uma linha de continuidade entre o *PCBR* dos anos 70 e a tendência *BS*. Este fio condutor é expressado pela militância de Bruno Maranhão e outros dirigentes e militantes vinculados a um período onde prevalecia a clandestinidade. Este núcleo mantém a matriz teórica original, que orienta sua atuação no PT. Ao mesmo tempo, rompe com elementos daquela fonte, procurando adequar-se às exigências da militância legal no PT. Neste esforço, incorporou militantes sem vínculos com o passado do *PCBR*.

A *BS* se forma no bojo de uma situação comum aos diversos agrupamentos e coletivos do

⁹ Sem dúvida, as eleições presidenciais de 1989 e 1994 constituem momentos privilegiados desta discussão programática. O V e VII encontros nacionais do *PT* também foram momentos marcantes. Sobre a posição da *Força Socialista* a respeito desta temática ver: *Força Socialista. Manifesto*, op. cit.; Coordenação Nacional. *Tese 4 – Força Socialista*. In: **Boletim Nacional** do *PT* – Edição especial. *Teses para o 7º Encontro Nacional*, pp. 38-49; Ivan Valente. *Projeto Nacional e luta pelo socialismo no Brasil*. São Paulo, Assembléia legislativa do Estado de São Paulo, fevereiro de 1994; e, Jorge Almeida. *Cara a cara com a realidade*. In: **Teoria & Debate** 13, fevereiro de 1991, pp. 31-34.

¹⁰ Um dos diversos rachas do *PCB* no pós-64, liderado por Mário Alves (assassinado pela ditadura militar), Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, e desmantelado pela repressão militar em 1973.

¹¹ Bruno Maranhão esteve exilado na França, desde 1971, retornando ao Brasil em 1976 e foi um dos fundadores do *PT*, candidato a governador de Pernambuco em 1982, presidente do *PT/PE* e membro do Diretório Nacional. Prestes de Paula é ex-sargento da aeronáutica, um dos líderes da revolta dos sargentos em 1963 pelo direito de votarem e serem votados. Retornou do exílio em 1981 e foi um dos envolvidos no assalto. Sobre sua participação nesse episódio ver a entrevista concedida à *Brasil Revolucionário*, nº 10, maio/junho/julho de 1992, “Os presos políticos da Bahia, 6 anos depois”, pp. 35-38.

¹² Júnia Nogueira de Sá. “Maranhão afirma que o partido não existe e rejeita a ‘versão da polícia’”. **Folha de S. Paulo**, 27.04.1986. Embora os militantes assumissem a responsabilidade pessoal pela ação na Bahia, o episódio serviu para mais uma bateria de críticas e ironias aos marxistas no interior do *PT*, em mais uma tentativa de revitalizar a “caça às bruxas” e de, simultaneamente, atingir o *PT*.

PT: a necessidade de se estruturar organicamente para potencializar a intervenção nas disputas internas. No caso da *BS*, esta iniciativa corresponde à busca de novas formulações teóricas que possibilitassem a superação da herança vanguardista da esquerda armada brasileira. Isto significou, entre outros pontos, rediscutir o papel do partido e sua relação com a sociedade.

Um dos elementos constitutivos deste processo foi a análise crítica do partido leninista, particularmente da leitura – “com os óculos de Stalin (mesmo que se afirme anti-stalinista)” – dos que colocam o partido como “único e exclusivo instrumento da classe”. Essa concepção prejudica a superação das contradições na relação “partido, base, massa”. Ou seja, coloca-se em xeque a própria noção de que o socialismo será obra dos trabalhadores.¹³

Como a esquerda resolve essa questão? Em geral, suprimindo a classe e colocando em seu lugar o partido de vanguarda. Nessa hipótese, a relação do partido com as organizações dos trabalhadores adquire um caráter meramente tático. O *basismo* e o *autonomismo* seriam outra resposta no pólo extremo. Essas concepções excluem o partido, negam a necessidade da vanguarda, representam “ilusões de classe”, como se a institucionalidade fosse plena e não estivesse sujeita a retrocessos.¹⁴

Como superar esta polaridade? Por um lado, “reafirmando a necessidade de uma vanguarda, de um instrumento político da classe”; por outro, “reafirmando a necessidade das organizações das organizações independentes e autônomas dos trabalhadores”, enquanto “instrumentos estratégicos da luta pelo socialismo”. Estas organizações seriam as *Organizações Independentes e Autônomas dos Trabalhadores (OIATs)*.¹⁵

As *OIATs* são concebidas não apenas enquanto instrumentos reivindicativos, mas também como escolas de formação política e sindical e conscientização, como espaços onde se constrói novas formas de poder que possibilitam a construção de uma nova hegemonia.

Os formuladores desta tese afirmam que Lênin, ao enfatizar a primazia do partido, deixou margens às interpretações do tipo “estado maior da revolução”, e às deformações efetivadas pelo stalinismo – mas também pelo trotskismo. “A concepção de partido, constituído e armado para o assalto do poder burguês, conduz à identidade Partido-Estado, e sua localização distante das classes e independentes de seu controle, é a base de todos os desvios autoritários e burocráticos”, afirmam.¹⁶

Eis um dos problemas evidenciados pela experiência do *socialismo real* e que explicam a sua falência. Analisando a crise no Leste Europeu, os editores da **Brasil Revolucionário**, observam este elemento:

“A conjugação de uma revolução que se “fez” socialista por uma elite marxista-leninista, e não por uma hegemonia de classes previamente construída, somado às concepções autoritárias e exclusivistas das vanguardas revolucionárias, promovem a crise de hegemonia (consenso). Eis aqui possivelmente, o núcleo da crise do socialismo real”¹⁷

¹³ Essa crítica foi formulada antes da formação da Tendência *Brasil Socialista*. As posições desse núcleo de militantes, que foram identificados com o PCBR, são de conhecimento público através da **Revista Brasil Revolucionário**, editada pelo Instituto Mário Alves. A *BS* incorpora as contribuições teóricas. Ver: “Partido leninista e o controle operário”. **Brasil Revolucionário**, nº 01, março de 1989, p.16.

¹⁴ Id.

¹⁵ Ib. As *OIATs* são os grupos de trabalhadores organizados nas fábricas, as comissões de fábrica, os conselhos, fundos de greves etc.

¹⁶ Ib.

¹⁷ “A crise do Leste Europeu”. **Brasil Revolucionário**, nº 07, dez/90/fev./1991, p. 18.

Continuando a avaliação, eles mostram como o partido se transformou na “síntese da sociedade civil”. Este, ao suprimir as manifestações individuais e coletivas, anulou as possibilidades de rupturas com os valores culturais e idéias da velha sociedade e impediu o desenvolvimento de “uma nova mentalidade e relações sociais assentadas na democracia operária”.¹⁸

A morte de Lênin e a derrota da oposição operária completariam o quadro que permitiria a stalinização definitiva e a consolidação do processo de burocratização. “O Estado se transforma no portador da utopia revolucionária, absorve as organizações representativas das classes trabalhadoras e possui o comando estrito de toda a economia”, escrevem.¹⁹

Estas características determinam um tipo de sociedade que não é capitalista nem socialista. Para o núcleo fundador da BS, as sociedades no Leste Europeu podem ser caracterizadas como “pós revolucionárias de estatismo burocrático”; são sociedades “em transição ao socialismo”. O que caracteriza este aspecto transitório é a “*deposição das antigas classes dominantes do poder*” e as transformações na economia marcada pela “*nacionalização*”.²⁰ (grifos do original)

A queda dos regimes no Leste Europeia foi saudada como um avanço da luta dos trabalhadores. Representou o “início de uma nova era, de fortalecimento do internacionalismo proletário e da afirmação da verdadeira democracia operária diante da velha democracia burguesa”, diria Maranhão.²¹

Esta avaliação positiva se estendeu à política de Gorbatchev, a qual

“mesmo representando um processo de democratização lento e gradual, de corte cupulista, comandado pelo setor mais moderno da burocracia, abriu um espaço e liberou as forças do movimento de massa”.²²

A fundamentação teórica da BS – presente inclusive em sua análise sobre o Leste Europeu – tem um forte componente gramsciano (hegemonia, contra-hegemonia, guerra de posição, guerra de movimento etc.).²³ Uma das críticas ao pensamento predominante na conjuntura pós-queda do muro de Berlim será justamente ao fato dos defensores da estratégia institucionalista fazerem uma leitura de direita da obra de Antônio Gramsci.

Nessa leitura, a guerra de posição se reduz à ampliação dos espaços dentro da institucionalidade burguesa. A acumulação de forças, isto é, a construção da contra-hegemonia operária é reduzida ao economicismo combinado com o eleitoralismo e o rebaixamento do programa do partido. Esta concepção é incapaz de promover a acumulação política numa perspectiva revolucionária. A intervenção da BS no PT se pautará pelo restabelecimento de uma política que utilize a luta institucional como “uma linha auxiliar da estratégia de classe”.²⁴

Foi assim em 1989, quando – ainda não se chamava BS – defendeu que a campanha eleitoral de Lula se combinasse com as lutas dos trabalhadores, dentro do “espírito que deu origem ao PT e o consolidou como referência política”. Esta postura era acompanhada de

¹⁸ Id., p. 17.

¹⁹ Ib.

²⁰ Ib., p. 18

²¹ “Estratégia para um Brasil Revolucionário”. (Entrevista) **Brasil Revolucionário**, nº 07, dez./90/fev./1991, p. 11.

²² Id.

²³ Ver, por exemplo, sua tese ao 1º Congresso do PT.

²⁴ Id.

uma análise conjuntural que concluía pela existência de uma crise política profunda e de longa duração (que exigiria mudanças estruturais) e previa um período de intensificação da luta de classes.²⁵

Como outras Tendências da esquerda petista, fez uma distinção entre governo e poder. A conquista da presidência não representa a instauração do socialismo. Sem dúvida, seria um passo importante, pois poderia contribuir com a luta dos trabalhadores pelo socialismo. O programa deste governo deveria ter um caráter anti-capitalista, mas não diretamente socialista.²⁶

A expressão política do núcleo dirigente que impulsionou a construção da *BS* se restringia a algumas regiões, particularmente no nordeste. A Tendência, reconhecida oficialmente pelo PT em 1991, apresentou a tese *Socialismo e estratégia* no 1º Congresso, no qual reafirmou a defesa do marxismo e a estratégia de ruptura revolucionária, entendida como um processo de longa duração que também pressupõe acúmulo de forças. Defendeu o resgate do PT das origens e o aprofundamento do seu perfil revolucionário.²⁷

A partir do 1º Congresso a *BS* centralizará suas forças na organização do *NLPT*. Nesse período, ela conseguiu ampliar a sua organização, se estruturando minimamente nem nível nacional. Com inserção predominantemente no nordeste, a *BS* liderou o processo de formação do *Movimento por Terra, Trabalho e Liberdade*, em Pernambuco.²⁸ Em São Paulo, ela foi reforçada pela adesão de um grupo de militantes que rompeu com a *VS* e pelo deslocamento de dirigentes como Bruno Maranhão.

Sua evolução no período recente está relacionada ao *NLPT*. Será através da sua participação neste movimento que a *BS* intervirá na conjuntura que antecedeu 8º EN e as eleições em 1994.

²⁵ “As eleições presidenciais e a luta pelo socialismo”. Revista **Brasil Revolucionário**, nº 01, março de 1989, pp. 07-15.

²⁶ Id., p.10. “Consideramos politicamente inconseqüente, o PT apresentar um programa socialista para ser adotado a partir da conquista da presidência da república, porque seria impossível cumpri-lo, na medida em que essa vitória não significaria a conquista do poder político”, afirmam.

²⁷ “Socialismo e estratégia: contribuição do Movimento pela Tendência Brasil Socialista”. Coordenação Política geral do Congresso, **Jornal do Congresso**, pp. 16-23.

²⁸ Este movimento estruturou núcleos em outros estados nordestinos, em São Paulo, Minas e Paraná.